

VILAS, CIRCULAÇÃO E ESPAÇOS PRODUTIVOS NAS TERRAS DO CABO NORTE

VILLAGES, CIRCULATION AND PRODUCTIVE SPACES IN THE LANDS OF CABO NORTE

POBLADOS, CIRCULACIÓN Y ESPACIOS PRODUCTIVOS EN TIERRAS DEL CABO NORTE

RESUMO

Localizada na extremidade setentrional do Brasil Colônia, as Terras do Cabo Norte no decorrer da segunda metade do século XVIII sofreram influência direta da Política Pombalina em seu território. Esta política atuou na implantação de atividades produtivas e na criação de rede de vilas e cidades na região. Este artigo tem como objetivo analisar determinadas relações socioespaciais nas terras do Cabo Norte, sobretudo, a caracterização e relação existente entre sua rede de pequenas vilas, atividade produtiva e dinâmica de circulação. No canal norte do Golfão Marajoara, a Vila São José de Macapá exerceu a centralidade na distribuição de mercadorias para as demais vilas e de envio da produção regional para a Cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará. A partir de uma abordagem geográfica sobre a compreensão de importantes obras que tratam desta dinâmica na região supracitada, o seguinte trabalho se baseia em argumentos desenvolvidos em Marin (2005), Ravenna (2005), Vidal (2008), Araújo (1998), e Costa (2018).

Palavras-chave: Formação Territorial. Terras do Cabo Norte. Vila de São José de Macapá. Foz do Rio Amazonas.

ABSTRACT

Located at the northern end of Cologne Brazil, the Northern Cape Lands during the second half of the 18th century were directly influenced by Pombaline Politics in its territory. This policy worked in the implementation of productive activities and in the creation of a network of towns and cities in the region. This article aims to analyze certain socio-spatial relationships in the lands of the North Cape, especially the characterization and relationship between its network of small villages, productive activity and circulation dynamics. In the northern canal of the Golfão Marajoara, Vila São José de Macapá exercised centrality in the distribution of goods to the other villages and sending the regional production to the City of Santa Maria de Belém do Grão Pará. Based on a geographical approach on the understanding of important works that deal with this dynamic in the aforementioned region, the following work is based on arguments developed in Marin (2005), Ravenna (2005), Vidal (2008), Araújo (1998), and Costa (2018).

Keywords: Territorial Formation. North Cape Lands. Village of São José de Macapá. Amazon River mouth..

RESUMEN

Situado en el extremo norte de Colonia Brasil, las Tierras del Cabo Norte durante la segunda mitad del siglo 18 fueron directamente influenciadas por la Política Pombalina en su territorio. Esta política trabajó en la implementación de actividades productivas y en la creación de una red de pueblos y ciudades de la región. Este artículo tiene como objetivo analizar ciertas relaciones socio-espaciales en las tierras del Cabo Norte, especialmente la caracterización y relación entre su red de pequeños pueblos, la actividad productiva y la dinámica de circulación. En el canal norte del Golfão Marajoara, Vila São José de Macapá ejercía centralidad en la distribución de mercancías a las otras aldeas y enviaba la producción regional a la ciudad de Santa Maria de Belém do Grão Pará. Basado en un enfoque geográfico sobre la comprensión de importantes obras que abordan esta dinámica en la región mencionada, el siguiente trabajo se basa en argumentos desarrollados en Marín (2005), Rávena (2005), Vidal (2008), Araújo (1998) y Costa (2018).

Palabras-clave: Formación territorial. Tierras del Cabo Norte. Pueblo de São José de Macapá. Desembocadura del río Amazonas.

 Emmanuel Raimundo Costa Santos^a

 Diego Augusto Sousa de Sousa^a

^a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, AP, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2022.64995

Correspondência: emmanuelrcsantos@gmail.com

Recebido em: 30 set. 2021

Aceito em: 05 jan. 2022



INTRODUÇÃO

Após a sucessão da Coroa Portuguesa em 1750 ocorreram alterações significativas na estrutura político-administrativa no império português. No Brasil, as ordens religiosas que estabeleceram as primeiras unidades produtivas foram destituídas de seus patrimônios, a escravização de índios e a forma autônoma de atuação justificaram tal medida, que na prática gerou um “vazio demográfico” nas regiões economicamente menos dinâmicas do Norte e Sul do Brasil colonial, caracterizadas por suas condições fronteiriças.

Neste período, Portugal enfrentava uma crise de abastecimento de cereais, enquanto na colônia, com a expulsão das ordens religiosas, tornou-se mais evidente a possibilidade de invasões de outras nações europeias em seu território. Foi então que a Coroa Portuguesa e o Governador Geral do Grão Pará e Maranhão (1751-1759) deram início ao plano de uma colonização mais efetiva, pautada na implantação de atividades produtivas e na criação de vilas e migração de colonos.

No estado do Grão Pará e Maranhão, o governo geral se estabeleceu como principal agente fomentador deste processo. As antigas missões foram transformadas em vilas e atividades econômicas foram estimuladas — por exemplo, como foi o caso do cultivo de arroz nas várzeas do canal norte do rio Amazonas. A produção, circulação e comercialização foram práticas realizadas pela Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, criada em 1755 na cidade de Belém. Tal companhia estimulou transferências de escravos para a Amazônia e monopolizou todas as etapas produtivas.

Este artigo tem como objetivo analisar certas relações socioespaciais nas Terras do Cabo Norte, sobretudo, a caracterização e relação existente entre sua rede de pequenas vilas, atividade produtiva e dinâmica de circulação, buscando através de uma abordagem geográfica a compreensão de importantes obras que tratam desta dinâmica na região supracitada, como: Marin (2005), Ravena (2005), Vidal (2008), Araújo (1998), e Costa (2018).

O período em análise é marcado pela grande incorporação de técnicas produtivas e governamentais, o que representa uma ruptura na rotina da sociedade da época, que, de acordo com Vasconcelos (2012), são chamados de “períodos densos”, porque representam momentos de grande intensidade, de importantes transformações que extrapolam o cotidiano. Os conceitos de temporalidade de Silva (2012), espacialidade, sistemas de objetos e sistemas de ações de Santos (2006) foram importantes na orientação analítica. Também foi realizado trabalho de campo nos municípios de Macapá, Santana e Mazagão, e por via terrestre, pela rodovia AP-010, foram percorridas as localidades que no passado, na segunda metade do século XVIII, configuravam as quatro vilas das Terras do Cabo Norte: Vila de São José de Macapá, Vila de Sant’Ana, Vila Vistosa da Madre de Deus e a Vila de Nova Mazagão.



VILAS, CIRCULAÇÃO E ESPAÇOS PRODUTIVOS

A missão religiosa organizada como unidade produtiva extrativista marca os primeiros séculos de colonização portuguesa na Amazônia. Fixadas nos locais das aldeias indígenas transformaram-nas em aldeias missionárias, desenvolveram um sistema de controle territorial baseado em trabalho organizado, racionalidade dos provimentos e coerção ideológica como tripé de organização da vida econômica, social e cultural do Grão Pará (RAVENA, 2005).

A atuação deste clero regular foi de fundamental importância para a produção do espaço geográfico Colonial, pois, sempre desempenhavam uma função social e recebiam em troca bens de fiéis de posses: dinheiro, terras, casas, fazendas, engenhos, gado e escravos (VASCONCELOS, 2012). A divisão territorial entre as missões se deu por meio da Coroa Portuguesa, com a finalidade de evitar conflitos de jurisdição entre as várias ordens religiosas. Desta forma, os jesuítas ficaram com a porção sul do rio Amazonas; os franciscanos da Piedade ficaram com a margem esquerda do baixo Amazonas; os franciscanos de Santo Antônio ficaram com as missões do Cabo Norte, Marajó e Baixo Amazonas; os Carmelitas ficaram com o vale dos rios Negro, Branco e Solimões (TAVARES, 2008).

A coerção ideológica viabilizou a dominância sobre os conhecimentos dos povos indígenas. Desta maneira, os missionários puderam se beneficiar das especializações econômicas internas, tendo cada região uma fonte de suprimentos — a carne do Marajó, a farinha do Tocantins e as tartarugas do Rio Negro (RAVENA, 2005). E, ainda que não houvesse um sistema de comércio estabelecido, muitos colonos organizavam expedições para ir à busca destes provimentos nos locais das missões.

A divisão territorial entre as ordens e intermediada pela Coroa buscava atender interesses comuns, mas que ficaram apenas no âmbito dos discursos, já que a catequização dos povos indígenas serviria por um lado à disseminação da fé católica, por outro serviria à Coroa Portuguesa como uma estratégia de dominação de uma sociedade que facilmente poderia ser influenciada, segundo os interesses de outras nações europeias (TAVARES, 2008).

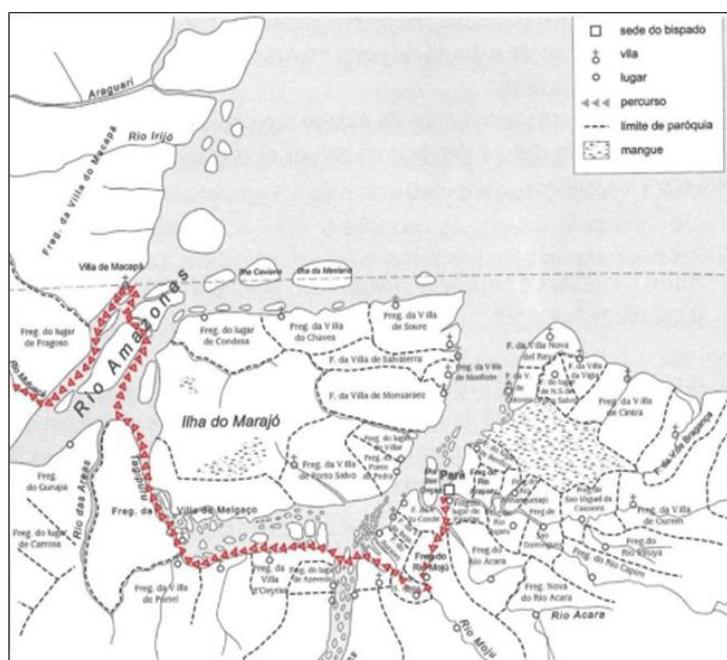
O sistema de transporte, que antes estava nas mãos dos religiosos, militares e alguns moradores, passou em grande parte da segunda metade do século XVIII sob o controle exclusivo do Estado e os diversos gêneros alimentícios que abasteciam o mercado regional tinham sempre que ser transportados para Belém, para então serem redistribuídos para as devidas localidades da região. A Cidade de Belém passou a exercer centralidade política e econômica, primeiro por ser a capital do Estado do Grão Pará e Maranhão e segundo por ser sede da referida empresa.

Na época, o tempo de deslocamento entre Macapá e Belém chegava, considerando as condições naturais de ventos e marés, a levar aproximadamente trinta dias de viagem. Os remadores conduziam canoas

por rios e furos, contornando a Baía do Marajó pelo setor estuarino do golfão marajoara, porque a viagem pelo mar era muito perigosa para as embarcações da época (RAVENA, 2005).

No processo de criação de vilas e cidades sob a administração pombalina, a Vila de São José de Macapá passou a exercer centralidade, com o papel que desempenhou na redistribuição regional de mercadorias oriundas de Belém, o que muitas vezes tornava o percurso bem mais longo até os produtos chegarem ao seu destino final (Figura 1).

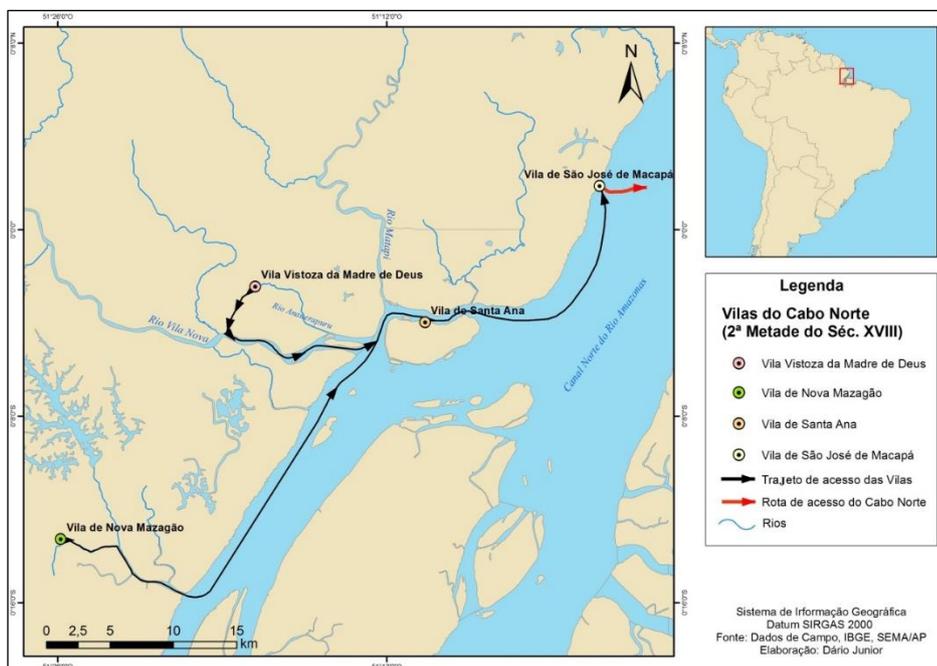
Figura 1. Mapa da rota fluvial entre Belém e as Terras do Cabo Norte.



Fonte: Mapa Geral do Bispado do Pará (1750).

Na figura 2, a articulação entre as vilas da Terra do Cabo Norte e suas rotas fluviais, seguindo a centralização exercida pela Vila de São José de Macapá e desta para a Cidade de Belém. Hierarquia que ainda se mantém no presente mesmo sob outras bases políticas e econômicas.

Figura 2. Circulação entre as vilas nas Terras do Cabo Norte na 2ª metade do Séc. XVIII.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A burocracia centralizadora e autoritária da Coroa Portuguesa no controle da circulação, somada às distâncias dos centros urbanos, condições de vias, transportes e meios de comunicação, tornou as relações socioespaciais cotidianas e o êxito dos projetos produtivos na região mais difíceis.

A criação de vilas militarizadas foi a nova ferramenta de defesa e contestação territorial das Terras do Cabo Norte, em conjunto com a prática de transição toponímica, pois, muitas vilas surgiram com nomes de cidades portuguesas (ARAÚJO, 1998), como por exemplo a Vila de Nova Mazagão.

Quadro 1. Vilas nas Terras do Cabo Norte na segunda metade do século XVIII.

Vila	Ano	Local	Função
São José de Macapá	1758	Margem esquerda do Canal Norte na Foz do Rio Amazonas	Militar, agrícola e Administrativa.
Vistosa da Madre de Deus	1767	Rio Anaurapucu	Agrícola e entreposto de passagem de índios aprisionados
Nova Mazagão	1770	Margem esquerda do médio curso do Rio Mutuacá	Militar e Agrícola
Sant'Anna	1755-1769	Ilha de Santana/ Margem esquerda do Canal Norte na Foz do Rio Amazonas	Povoação constituída por índios aprisionados

Fonte: Elaborado pelos autores.

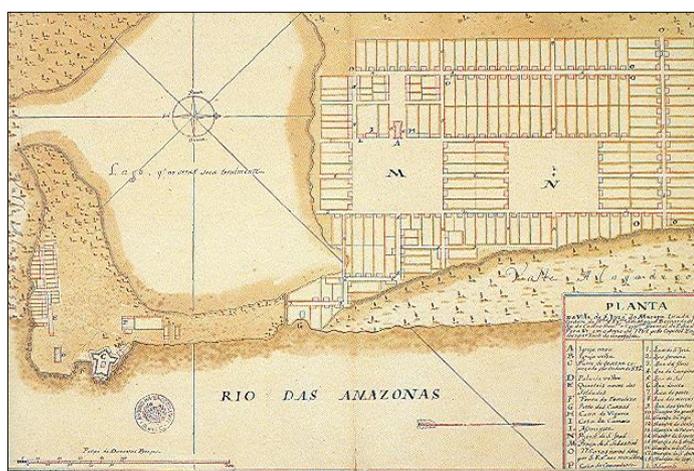
O pequeno povoado localizado na foz da margem esquerda do Rio Amazonas ganhou o status de vila em 1758 e foi entre as povoações, estabelecidas nas então Terras do Cabo Norte, a mais estável e onde o povoamento teve continuidade no tempo. Nesta região de fronteira era importante a presença de um governador militar, o que fez desta vila o ponto piloto da implantação das políticas pombalinas na região do Cabo Norte, munido com uma fortificação, se adiantando na expectativa de um iminente ataque inimigo, tornando-se o principal núcleo da região (COSTA, 2018).

No ano de 1765, a Vila de São José de Macapá contava com 802 habitantes, população que treze anos depois mais que duplicou chegando a 1.760 habitantes (MARIN, 1995). Este crescimento da população da Vila de Macapá, que duplicou em pouco mais de uma década, pode ser justificado pela obra de construção da Fortaleza de São José de Macapá, chegada de imigrantes açorianos e iniciativa de atividade econômica de cultivo de arroz na região. São José de Macapá, assim como outras vilas e cidades ribeirinhas da Amazônia, representou a lógica do urbano colonial barroco amazônico de penetração e de defesa do território, que marcou a presença local do além-mar das metrópoles do colonizador, o urbano da soberania dos Estados absolutistas.

Num primeiro momento, sem ter uma previsão imediata de defesa dos colonos através de fortificações, o planejamento da urbe do povoado de Macapá obedeceu aos ditames do pensamento iluminista. No entanto, no ano de 1761 esta situação mudou devido aos problemas de aplicação do Tratado de Madri (1750), porque depois da assinatura do Tratado de El Pardo, cancelando o primeiro, a Coroa Portuguesa ficou em alerta em relação à possibilidade do retorno das Terras do Cabo Norte aos domínios espanhóis, o que fez elevar Macapá ao foro de vila e a se precaver com fortificações apropriadas.

É a partir deste contexto político que os portugueses do Grão Pará deram início à construção do Forte de São José de Macapá em 1761, localizado no atual sítio urbano da cidade de Macapá (CASTRO, 1999).

Figura 3. Planta da Vila de São José de Macapá (1761).



Fonte: Gaspar João de Gronsfeld - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.



Na Figura 3, na primeira planta da Vila de São José de Macapá, elaborada pelo engenheiro militar alemão a serviço dos portugueses, nota-se em relação ao seu traçado a sua forma de grelha reticulada, com ruas largas, retas e perpendiculares entre si, com duas amplas praças retangulares, medindo 84 X 72 braças¹, denominadas de São Sebastião e São João (ARAÚJO, 1998). Nesta planta também se destacam a representação dos limites impostos ao seu principal plano urbano de ruas em ortogonal por acidentes naturais, um lago ao sul e a leste pela área de inundação do rio Amazonas em sua maré alta.

A malha ortogonal de ruas e as praças da Vila de Macapá foram assentadas sobre um terraço fluvial, contornado a leste pelo rio Amazonas e a sul por uma área alagada, certamente sujeita ao Igarapé da Fortaleza em sua dinâmica hídrica diária em decorrência da influência das marés do rio Amazonas e ou do período sazonal mais chuvoso.

Em se tratando da Vila de Sant'Anna, criada por Portilho de Melo em 1755, ela teria surgido de uma das metas da política pombalina: a de aproximar o estado português dos habitantes nativos. Para tal, foi proibido o comércio de índios porque, diante da negativa do governo para que o mesmo concretizasse negócio com cerca de 500 indígenas na Vila de Macapá, Portilho aceitou formar uma povoação que se instalou inicialmente na Ilha de Santana. Enquanto durou, esta vila foi sediada em três locais distintos: na Ilha de Santana, depois transferida para a foz do rio Anarapucu, e por fim, em meados de 1769, para as margens do Rio Mutuacá, atualmente conhecido como Rio Mazagão (ARAÚJO, 1998).

A destinação de poucos recursos por parte da Coroa Portuguesa dificultou o estabelecimento de uma rede de vilas e cidades mais consolidada na região, o que refletiu num artificialismo da política urbanizadora registrada no século XVIII na Amazônia, que elevou à categoria de Vila quase uma vintena de povoados insignificantes (AZEVEDO, 1994).

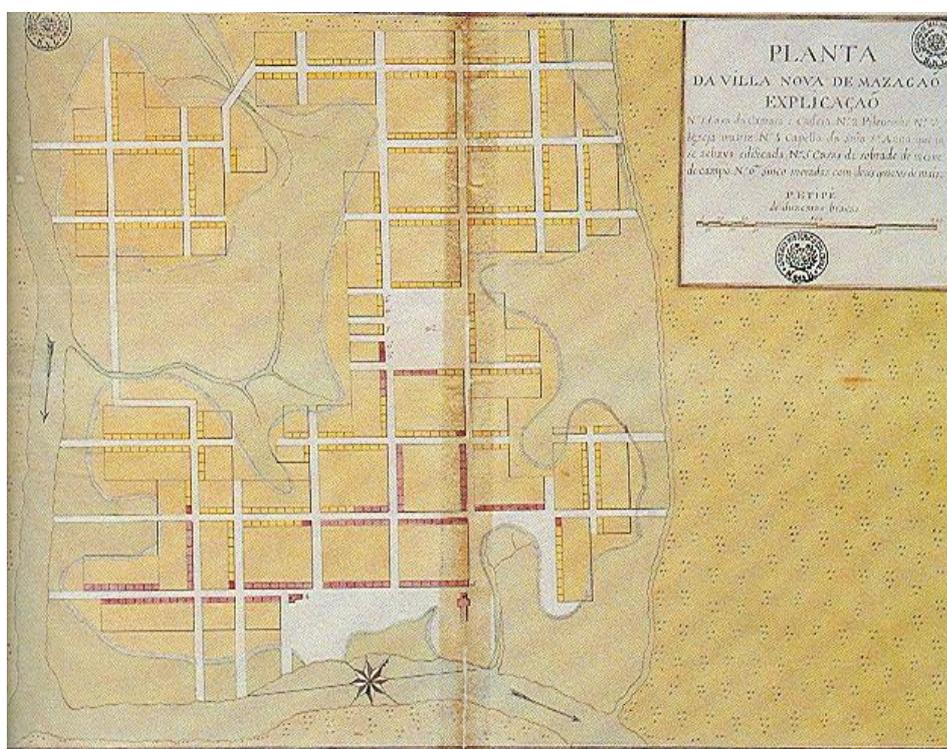
Uma década após a criação da Vila de São José de Macapá, o ambicioso projeto da França de enviar mais de 15 mil pessoas para povoar a Guiana em 1763 fez a administração local decidir por redesenhar a fortificação de Macapá e a partir de 1764 dá continuidade à política de implantação de vilas (VIDAL, 2008): a Vila Vistosa da Madre de Deus e a Vila de Nova Mazagão.

O povoado de Vistosa da Madre de Deus, criado em 1758, às margens do rio Anaurapucu, como entreposto de passagem de comunidades indígenas que eram deslocadas para o baixo Amazonas, é transformado em vila em 1767. Neste período começou a ser planejada uma ligação terrestre entre Macapá e Nova Mazagão, em que a Vila Vistosa seria ligação entre elas (ARAÚJO, 1998; COSTA, 2018).

¹ Em metros correspondem a retângulos de 184,8 X 158,4 metros.

Em março de 1769 partiu de Lisboa a ordem para se construir uma vila que pudesse receber os habitantes da recém-abandonada Praça-Forte de Mazagão no Marrocos. O sítio escolhido para implantar o projeto da Vila de Nova Mazagão foi na margem esquerda do rio Mutuacá. Local de pequeno terraço fluvial favorável ao assentamento e construções de casas para receber a “cidade que atravessou o Atlântico” (VIDAL, 2008). O plano urbanístico de Nova Mazagão, elaborado pelo engenheiro militar Domingos Sambucetti, buscou uma criação totalmente original em relação às demais vilas na Amazônia, uma vez que não surgiria da adaptação de um povoado existente (ARAÚJO, 1998).

Figura 4 – Planta da Vila de Nova Mazagão.



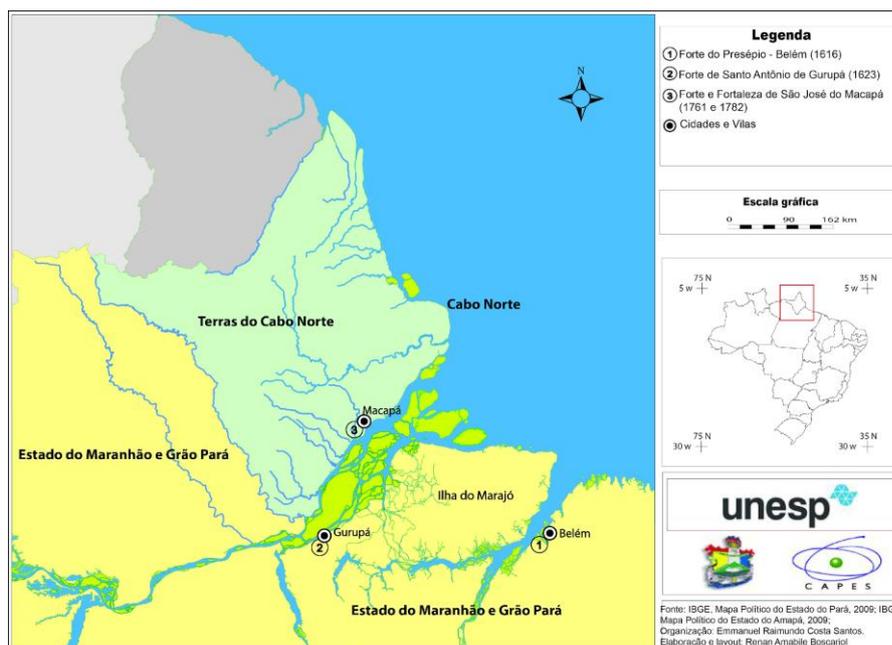
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

No período colonial, vila e cidade são núcleos que partilham a mesma importância entre si, neles está a sede de um governo, local onde se faz justiça em nome do Rei. A vila surge do governo local, dos donatários ou de uma ordem real para elevar algum povoado à categoria de vila, enquanto a Coroa cria a cidade (ABREU, 1997).

Nas Terras do Cabo Norte todos os núcleos criados a partir de 1750 são vilas destinadas a dar o suporte a uma tríade de proteção e fortificação militar na Foz do Amazonas e dos caminhos que levassem ao interior

do Cabo Norte (COSTA, 2018), ou seja, de garantir o “Fecho do Império”, conforme ressalta Machado (1997), visto que neste novo sistema de ação, proposto através da política pombalina, as fortificações deveriam ser acompanhadas de povoações, as quais deveriam ocupar a região permanentemente, diferente do que ocorria com as fortificações de períodos anteriores.

Figura 5. Fecho do Império Português na foz do rio Amazonas.



Fonte: Santos (2012).

Dado o ambiente hostil, a administração pombalina determinou que o novo colono brasileiro deveria ser um agricultor que participa da valorização do território e um soldado capaz de pegar em armas para defendê-lo (VIDAL, 2008). Com frequência os diretores das vilas mobilizaram um trabalho em detrimento do outro, de modo que a experiência dos colonos oriundos de Mazagão (Marrocos) e das Ilhas do Açores e Canárias, respectivamente, de praxe militar e agrícola divergiam dos objetivos da vila e principalmente das vontades da administração local. Na Vila São José de Macapá, apesar da profunda militarização, havia um viés agrícola, assim como em Nova Mazagão (MARIN, 1995).

A empresa Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, criada em 1755 com sede em Belém para fornecer escravos africanos à Amazônia, realizou a transferência de parte destes colonos e fez grandes investimentos no estado, com a incorporação de técnicas de cultivo, de beneficiamento, de armazenamento e de transporte. Em cada vila tinha um administrador de “arrozés” e um de “canoas”. O primeiro fixava o preço



de compra do produto e a forma de pagamento, enquanto o segundo cuidava do transporte. Desta forma, a companhia controlou a produção no estado por vinte anos, a contar de 1758 (MARIN, 1995).

A cidade de Belém, concebida como porta de entrada para a floresta densa, prosperou com as benfeitorias desta empresa. Polo de difusão das ordens do Governo Local, a capital do Grão Pará e Maranhão tornou-se o destino da produção de todas as vilas do estado; “local de valorização” onde se retirava a parcela para enviar para Lisboa e se redistribuía o excedente de mercadorias para o consumo interno, ficando com o lucro da exportação.

A construção da Vila de Nova Mazagão em 1770 fez a rede de abastecimentos da parte setentrional do Grão Pará ser reestruturada para garantir a circulação de mercadorias entre as vilas. Nas Terras do Cabo Norte, o núcleo mais importante foi a Vila São José de Macapá que recebeu investimentos infraestruturais de beneficiamento, mas que não surtiram efeito em longo prazo. Então, a reestruturação veio a ser uma centralização da redistribuição em escala sub-regional e de concentração da produção das vilas vizinhas para envio e beneficiamento em Belém (RAVENA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O declínio do mercantilismo português desde meados do século XVII — em decorrência, sobretudo, da concorrência e aumento da oferta de produtos coloniais, perda de monopólios de rotas comerciais, balança comercial desfavorável junto à Inglaterra — acirrou a crise da economia metropolitana, conduzindo a novos projetos produtivos para a colônia, em particular em suas áreas de fronteiras, a fim de transformá-las de jurídica a efetivamente ocupadas e produtivas sob o comando de monopólios de empresas como a Companhia do Comércio do Grão Pará.

O período do Diretório Pombalino (1757-1798) estimulou, através de muitas ações, o desenvolvimento de atividades produtivas na Colônia. Na região norte, muitas lavouras foram estimuladas como o anil, o café, o algodão, o arroz branco, o cravo, que mesmo com a introdução de algumas técnicas e inovações não alcançaram resultados duráveis, com exceção da cacauicultura na região de Cametá e Santarém no Grão Pará.

Em se tratando das vilas do Cabo Norte havia produção agrícola bastante heterogênea, nas vilas de Macapá, Mazagão e Madre Vistosa predominam lavouras de arroz e algodão, cacau, café, mandioca, urucu, milho, feijão etc., e independente das safras serem boas ou não, elas deviam atender à dupla demanda da Metrópole e da própria Colônia. Para isto, a cada safra aumentavam as metas de produção para atingir cada vez maiores excedentes.



Os resultados pouco satisfatórios de pequenos produtores raramente chegavam ao mercado consumidor europeu. Estes resultados decorriam de diversos problemas logísticos atrelados à política de controle da produção, a começar com os atrasos na colheita que implicavam diretamente a semeadura da nova safra; havia ainda as altas taxas de exportação e o escoamento da produção para Belém, que ao retornar para Macapá traziam mantimentos para abastecer os armazéns da região, principalmente com aquilo que não era localmente produzido, e só a partir daí as mercadorias seguiam para seu destino final. Vê-se os caminhos de circulação a partir da centralidade da Vila de Macapá.

É possível perceber que ao erguer núcleos de povoação agrícolas e militarizados, acabou-se por gerar algumas contradições entre suas finalidades, sobretudo pelos poucos recursos a serem investidos e na polivalência e sobrecarga da mão de obra. A Vila de Sant'Anna, por exemplo, padecia de equipamentos de defesa. Fato é que não existe registros de ruínas daquela época, e diferente das outras vilas a sua localização a tornava muito exposta. Já a Vila Vistosa e Vila de Nova Mazagão escondiam-se na mata e a complexa rede de drenagem para ter acesso a essas vilas compensava a ausência de fortificações.

Como exemplo, pode-se verificar o percurso de acesso à Vila Vistosa da Madre de Deus que, depois da Vila de Sant'Anna, seguia a montante pela Foz do rio Amazonas por cerca de seis quilômetros até a foz do rio Anaurapucu e então se percorria por aproximadamente mais nove quilômetros rio adentro para chegar à vila. Nas margens destes rios fazia-se plantios em roças pequenas e os colonos da Vila de Macapá utilizavam as ilhas próximas para seus cultivos. Já entre a Vila de Macapá e Vila de Nova Mazagão era cerca de sessenta quilômetros de distância e para chegar à sede da vila seguiam da foz do Rio Mutuacá por mais treze quilômetros rio adentro.

Este conjunto de vilas dependia do deficitário abastecimento do Estado, que devido às distâncias viviam sempre à espera da chegada de provimentos, ordens e informações. Na prática, estes projetos de intervenção da Coroa Portuguesa na Amazônia, durante o período colonial, não foram o bastante para consolidar as fronteiras no Cabo Norte, pois, das quatro vilas que existiam nesta região, sobraram apenas duas, a Vila de São José de Macapá e a Vila de Nova Mazagão, tendo a última mudado de local devido à insalubridade do terreno em que estava sediada.

Após a saída da Companhia de Comércio do Grão Pará em 1778, a prosperidade e o potencial da Vila São José de Macapá, durante os anos da Política Pombalina, se deterioraram e ela entrou em decadência. A Vila Vistosa deixou de existir e seus moradores junto com os de Nova Mazagão foram habitar locais mais adequados à vida. Atualmente existe os Distritos de Anaurapucu e de Mazagão Velho, que respectivamente fazem parte dos municípios de Santana e Mazagão, como remanescentes e correspondes mais próximos das vilas que existiram.



A realização de trabalho de campo possibilitou verificar expressivas rugosidades dos tempos idos da segunda metade do século XVIII, como ruínas de uma igreja no atual distrito de Mazagão Velho, a Igreja matriz de São José em frente da praça Veiga Cabral no núcleo colonial da cidade de Macapá e a imponente Fortaleza de São José de Macapá às margens do Amazonas, como que confirmando toda esta geografia histórica.

Também chamam atenção a permanência e a importância da circulação fluvial na região analisada, pois, o acesso ao Estado do Amapá e às antigas Terras do Cabo Norte ainda hoje só pode ocorrer por via fluvial-marítima ou aérea. Registra-se que mesmo sobre outros caminhos políticos e econômicos ao longo dos séculos, a cidade de Macapá – em complementaridade urbana e portuária com a cidade de Santana – continua exercendo o papel de principal centro urbano de porção da Amazônia Setentrional, centralizando a economia do Amapá e sendo o principal entreposto de distribuição e logística das mercadorias que chegam e saem da região.

Pretendeu-se ter colaborado um pouco mais, através de uma abordagem geográfica, com a compreensão da formação territorial do Brasil Colonial em sua porção litorânea setentrional, espaço muitas vezes relegado a segundo plano pela política oficial ou mesmo por pesquisadores, por elas não apresentarem os centros econômicos mais importantes do período colonial: o do açúcar e da mineração. Assim, compreender a dinâmica territorial que possibilitou a manutenção, expansão e ocupação litorânea, do controle da foz de rios e da fronteira norte é compreender a configuração do Brasil em sua gênese territorial, seu povoamento e suas regionalidades.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Apropriação do Território do Brasil no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. Da Amazônia e das Cidades. In: ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no Século XVIII**: Belém, Macapá, Mazagão. 2. ed. Porto: Faup Publicações, 1998.
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. **Terra Livre**, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 10, 1994.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca. O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Nas terras do Cabo Norte**: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira XVIII/XIX. Belém: Editora Universitária UFPA, 1999. p. 129-193.
- COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Em verdes Labirintos**: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1830). 2018. 272 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MACHADO, Lia Osório. O controle intermitente do território Amazônico. **Revista Território**, Rio de Janeiro, a. 1, v. 2, p. 19-32, 1997.
- MARIN, Rosa E. Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 73-114, jun. 1995.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo et al. **Ação das ordens e congregações religiosas na Amazônia**. Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1968.



MENDONÇA, Marcos Carneiro. **A Amazônia na era pombalina**: correspondência do governador e capitão-general do estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). 2. ed. Brasília: Senado Federal/ Conselho Federal, 2005. v. I.

RAVENA, Nirvea. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, p. 125-149, dez. 2005.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**: a definição das fronteiras. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Emmanuel R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense: do "mundo" das águas às florestas protegidas**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente - SP, 2012.

TAVARES, Maria G. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista Acta Geográfica**, [s.l.], p. 59-83, 2008.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VIDAL, Laurent. **Mazagão**: A cidade que atravessou o Atlântico. São Paulo: Martins Editora Livraria, 2008.